

ENCRIPTAÇÃO ECONÔMICA GLOBAL: O DIREITO INTERNACIONAL COMO MECANISMO DE OCULTAMENTO DO POVO NA GOVERNANÇA EUROPEIA

GLOBAL ECONOMIC ENCRYPTION: INTERNATIONAL LAW AS A MECHANISM FOR OBSTRUCTING THE PEOPLE IN EUROPEAN GOVERNANCE

Rian Tomaz Moreira Andrino¹

RESUMO

A pesquisa propõe-se a analisar a atuação do Direito Internacional, com ênfase na governança econômica da União Europeia, enquanto mecanismo de encriptação, conceito desenvolvido por Ricardo Sanín-Restrepo e Marinella Machado que descreve o processo pelo qual o povo, enquanto sujeito político, é objeto de exclusão institucional, neutralizado e reduzido a mero objeto de regulação, como condição de pertencimento ao mundo. Essa dinâmica ocorre quando decisões jurídicas e econômicas são formuladas e apresentadas por meio de uma linguagem técnica e supostamente neutra, que, na prática, dissimula conflitos sociais e interesses de poder, ocultando as vozes e demandas populares.

Palavras-chave: Encriptação; Soberania; Direito Econômico Internacional.

ABSTRACT

This research aims to analyze the role of international law, with an emphasis on the economic governance of the European Union, as a mechanism of encryption—a concept developed by Ricardo Sanín-Restrepo and Marinella Machado that describes the process by which the people, as political subjects, are subject to institutional exclusion, neutralized, and reduced to mere objects of regulation, as a condition of belonging to the world. This dynamic occurs when legal and economic decisions are formulated and presented through technical and supposedly neutral language, which, in practice, conceals social conflicts and power interests, obscuring popular voices and demands.

Keywords: Encryption; Sovereignty; International Economic Law.

¹ PUC Minas

1. Introdução

A pesquisa propõe-se a analisar a atuação do Direito Internacional, com ênfase na governança econômica da União Europeia, enquanto mecanismo de encriptação, conceito desenvolvido por Ricardo Sanín-Restrepo e Marinella Machado que descreve o processo pelo qual o povo, enquanto sujeito político, é objeto de exclusão institucional, neutralizado e reduzido a mero objeto de regulação, como condição de pertencimento ao mundo. Essa dinâmica ocorre quando decisões jurídicas e econômicas são formuladas e apresentadas por meio de uma linguagem técnica e supostamente neutra, que, na prática, dissimula conflitos sociais e interesses de poder, ocultando as vozes e demandas populares.

A crise econômica global de 2008 marcou um ponto de inflexão para o Direito Internacional Econômico, desencadeando uma intensificação das políticas de austeridade, sobretudo na União Europeia. Por meio de tratados, diretivas e instrumentos financeiros, essas políticas foram implementadas sob o argumento da necessidade de estabilização macroeconômica. No entanto, tais medidas provocaram transformações profundas nas estruturas sociais e políticas da região, limitando os espaços de debate democrático e reduzindo a capacidade dos povos de influenciar as decisões econômicas que impactam suas vidas.

A arquitetura institucional que sustenta essa governança se caracteriza por uma racionalidade cifrada, que utiliza o discurso da objetividade técnica para encobrir interesses concretos, configurando uma forma sutil, porém eficaz, de exclusão política. Essa configuração levanta questões fundamentais acerca dos limites da democracia na governança transnacional contemporânea, além de evidenciar a necessidade de repensar os arranjos institucionais que regulam a economia global. Com base na teoria da encriptação, este estudo propõe uma leitura crítica do Direito Internacional, destacando seu papel na neutralização das vozes populares e na legitimação de modelos excludentes de governança.

2. Desenvolvimento

Como o Direito Internacional, no contexto da governança econômica da União Europeia, opera como mecanismo de encriptação, restringindo a atuação política dos povos? De que modo a institucionalização das políticas de austeridade após 2008, por meio de instrumentos jurídicos e econômicos tecnocráticos, contribui para a exclusão política e fragiliza a soberania dos Estados? Quais os impactos desse processo sobre os limites democráticos da

governança transnacional e sobre a construção de um Direito Internacional que respeite os direitos políticos e sociais?

Este estudo tem como objetivo analisar o papel do Direito Internacional como instrumento de encriptação na governança econômica da União Europeia, observando de que forma as políticas de austeridade pós-2008 contribuíram para o apagamento do povo enquanto sujeito político. Busca-se também refletir sobre os efeitos dessas políticas na participação democrática e na soberania popular, bem como sobre os desafios para um Direito Internacional mais inclusivo e comprometido com os direitos coletivos.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com análise crítica de documentos normativos e instrumentos jurídicos relacionados à governança econômica europeia. A investigação é orientada pela teoria da encriptação, que possibilita compreender como o discurso jurídico pode ser utilizado para neutralizar e ocultar os sujeitos políticos sob a aparência de tecnicidade.

3. Conclusão/Principais Resultados

A análise revela que o Direito Internacional tem operado como dispositivo de encriptação, convertendo decisões políticas em comandos técnicos que ocultam suas implicações sociais. A lógica das políticas de austeridade, legitimada por esse discurso técnico, enfraqueceu a soberania dos Estados-membros e reduziu os espaços de participação democrática. Esse processo evidencia os limites da governança transnacional e a urgência de revisar os marcos jurídicos internacionais em direção a maior transparência, justiça social e efetiva inclusão política.

Referências Bibliográficas

- BLOCK, Fred; SOMERS, Margaret R. *The Power of Market Fundamentalism: Karl Polanyi's Critique*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.
- GUERRIERI, Paolo; PADOAN, Pier Carlo. *Sovereign Europe: An Agenda for Europe in a Fragmented Global Economy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024.
- GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha; MARQUES, Miguel Ângelo (orgs.). *Direito Internacional e Globalização Econômica*. 1. ed. São Paulo: Arraes Editores, 2024.
- SANÍN RESTREPO, Ricardo; MACHADO, Marinella Araújo. *A teoria da encriptação do poder: Itinerário de uma ideia*. Revista da Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte,

v. 23, n. 45, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.pucminas.br/Direito/article/download/24072/16-945/86925>. Acesso
em: 16 mai. 2025.

SANÍN RESTREPO, Ricardo; ARAÚJO, Marinella Machado; NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. (orgs.). Decrypting justice: from epistemic violence to immanent democracy. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2025.

STIGLITZ, Joseph E. O preço da desigualdade. Rio de Janeiro: Bertrand Editora, 2013.